

No título: ilha do Faial

Nota: A ilha do Faial emergiu há cerca de 800 mil anos, numa zona, atualmente, designada por Complexo Vulcânico da Ribeirinha, a partir de uma fratura tectónica, a mesma que deu origem à ilha do Pico, denominada Fratura Faial-Pico e que se desenvolve ao longo de 350 quilómetros.

As formações rochosas que hoje constituem muitas das paisagens da ilha, nomeadamente lavas de composição basáltica e traquítica intercaladas com pedra-pomes e lahars (movimentos de massa exclusivos das regiões vulcânicas, formados pelo deslocamento de lama composta por materiais piroclásticos e água, em forma de avalanche, ao longo de vales ou de encostas íngremes) e também muitos cones de escórias submarinos e subaéreos, são o resultado de todo o processo de formação da ilha.

A ilha é constituída por dois vulcões centrais e duas regiões dominadas por vulcanismo fissural basáltico. As suas elevações convergem, de um modo geral, para o centro da ilha onde se abre uma grande caldeira de colapso, a Caldeira, com um diâmetro médio de 2 quilómetros. Na vertente sul da Caldeira situa-se o Cabeço Gordo, que atinge uma altitude de 1043 metros, o ponto mais alto da ilha. No Faial, ocorreram três eventos vulcânicos históricos desde o seu povoamento, dos quais o mais conhecido é a erupção do Vulcão dos Capelinhos em 1957/58.

A biodiversidade do Parque Natural do Faial manifesta-se através de 769 espécies de plantas vasculares, 59 das quais são endémicas dos Açores, e variadas espécies de flora e fauna associadas à Laurissilva, únicas no mundo. Os ecossistemas aqui representados, nomeadamente a Laurissilva, são habitat preciosos para espécies de fauna singulares, tais como aves, morcegos, artrópodes, entre outros. A nível da fauna terrestre destacam-se os seguintes artrópodes endémicos: gorgulho (Calacalles azoricus), escaravelho-dasrochas do Vulcão dos Capelinhos (Gietella faialensis) e cigarrinha das-raízes-cavernícolas (Cixius cavazoricus).

Créditos: Secretaria Regional do e Alterações Climáticas

Destaques



Apresentadas as prioridades da política espacial europeia para 2023

Rússia: UE prolonga sanções económicas resultantes da agressão militar russa à Ucrânia

Plano Europeu de Luta contra o Cancro - lançamento da Iniciativa Europeia de Imagiologia Oncológica

Comissão Europeia apresenta nova comunicação dedicada aos polinizadores: «Novo Pacto para os Polinizadores»

Comissão Europeia define ações concretas para uma maior participação dos parceiros sociais a nível nacional e da UE

Comissão Europeia intenta duas ações contra Portugal no âmbito das decisões sobre o pacote de processos por infração

Eurodeputados exigem ação imediata sobre as alterações demográficas

Doação de equipamento informático desativado - Aberto período de candidaturas



30 de janeiro



Conselho Agricultura e Pescas

Os ministros da agricultura da União Europeia <u>irão</u> reunir-se pela primeira vez durante a Presidência sueca do Conselho da União Europeia, que irá aproveitar para apresentar o seu <u>programa de trabalho</u>. A Comissão Europeia irá trocar informações com os Estados-Membros sobre a situação do mercado, nomeadamente na sequência da invasão da Ucrânia.

Haverá ainda lugar a uma informação da Presidência relativa aos aspetos agrícolas da revisão da Diretiva Emissões Industriais, assim como a apresentação dum documento conjunto duma série de delegações, representadas por Portugal, respeitantes à revisão da legislação em matéria de transporte de animais - uma parte essencial da produção alimentar.

Poderá acompanhar aqui os pontos da agenda da reunião que decorrerão em sessão pública.

Até 31 de janeiro

Convite à apresentação de propostas ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) - Vertente específica dedicada às Regiões Ultraperiféricas

O convite à apresentação de propostas no âmbito do FEAMPA para apoio a "Projetos regionais emblemáticos que apoiam a economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE" foi <u>publicado</u>, sendo incluído nesta convocatória uma vertente específica dedicada às regiões ultraperiféricas sobre "<u>Promoção do turismo marítimo e costeiro sustentável nas regiões ultraperiféricas</u>" com um orçamento específico **de um milhão de euros**.

A vertente das regiões ultraperiféricas tem como principal objetivo apoiar a economia azul nas regiões ultraperiféricas através de projetos que promovam soluções inovadoras e sustentáveis no turismo costeiro e marítimo e contribuam para a proteção da biodiversidade marinha, em linha com a nova estratégia para as regiões ultraperiféricas, bem como com os objetivos da Comunicação sobre uma nova abordagem para uma economia azul sustentável na UE e da Trajetória de Transição para o Turismo.

As propostas ao abrigo da vertente regiões ultraperiféricas devem ser apresentadas por um consórcio de, pelo menos, 2 entidades independentes de 2 regiões ultraperiféricas diferentes. A data-limite para a apresentação das candidaturas é o dia 31 de janeiro de 2023 (17h00, hora de Bruxelas).



Novo Bauhaus Europeu – candidaturas para 2023

Estão abertas as candidaturas aos prémios Novo Bauhaus Europeu de 2023. Tendo em conta o êxito das suas duas últimas edições, que receberam mais de 3 mil candidaturas de todos os Estados-Membros, os prémios de 2023 recompensarão 15 iniciativas exemplares que associem sustentabilidade, estética e inclusividade — os três valores fundamentais do Novo Bauhaus Europeu.

No contexto do Ano Europeu das Competências, esta edição dos prémios incluirá uma vertente temática adicional sobre educação e aprendizagem. Pela primeira vez, as candidaturas para projetos e conceitos podem igualmente provir dos Balcãs Ocidentais. Tal como no ano passado, serão atribuídos prémios específicos aos jovens com menos de 31 anos. As candidaturas estão abertas até 31 de janeiro de 2023, às 17h00 (hora dos Açores). Os Prémios de 2023 recompensarão projetos existentes, bem como os conceitos desenvolvidos por jovens talentos em quatro categorias. Mais informações no comunicado de imprensa e no documento com perguntas e respostas.

1 e 2 de fevereiro



Jornadas informativas respeitantes à política de promoção de produtos agrícolas da União Europeia - 2023

As sessões de esclarecimento agendadas para os dias 1 e 2 de fevereiro de 2023 serão dedicadas a esclarecimentos sobre o programa para 2023, nomeadamente, com o primeiro dia dedicado a aspetos políticos e o segundo dia focado no desenvolvimento de campanhas de sucesso. Todas as informações sobre o evento poderão ser consultadas <u>aqui</u>.

3 de fevereiro



Cimeira UE-Ucrânia

Os detalhes da reunião serão atualizados aqui. A UE condena veementemente a agressão militar não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia e a anexação ilegal das regiões ucranianas de Donetsk, Lugansk, Zaporíjia e Quérson. Condena igualmente o envolvimento da Bielorrússia na agressão militar russa.

Desde fevereiro de 2022, o Conselho Europeu e o Conselho da União Europeia têm reunido regularmente para debater a situação na Ucrânia de diferentes perspetivas. Em diversas ocasiões, os dirigentes da UE exigiram à Rússia que cessasse imediatamente as suas ações militares, retirasse incondicionalmente todas as forças e equipamento militar da Ucrânia e respeitasse plenamente a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia. Destacaram o direito da Ucrânia de escolher o seu próprio destino e elogiaram o povo ucraniano pela sua coragem na defesa do seu país.

Em resposta à agressão militar, a UE alargou substancialmente as sanções contra a Rússia, acrescentando um número significativo de pessoas e entidades à lista de sanções e adotando medidas sem precedentes. A UE tem demonstrado unidade e força e tem prestado à Ucrânia apoio humanitário, político, financeiro e militar.

6 de fevereiro



Prevenção do cancro — ações para promover a vacinação contra os vírus cancerígenos

Uma das 10 iniciativas emblemáticas do Plano Europeu de Luta contra o Cancro consiste em apoiar os esforços dos Estados-Membros no sentido de alargar a vacinação de rotina contra os vírus que podem causar cancro numa fase posterior da vida.

A Comissão irá propor ações para aumentar a taxa de vacinação contra o vírus da hepatite B e o vírus do papiloma humano. Estas ações incluirão a redução dos obstáculos físicos à vacinação, a comunicação direcionada e a luta contra as informações enganosas e a desinformação. O período para apresentação de comentários relativos a esta futura proposta de recomendação da Comissão Europeia encerra a 6 de fevereiro.



Preparar-se-á o Conselho Europeu extraordinário de 9 e 10 de fevereiro. A Presidência sueca do Conselho da União Europeia aproveitará o encontro para apresentar igualmente as prioridades do seu programa de trabalho. Todos os detalhes poderão ser consultados <u>aqui</u>.

Até 8 de fevereiro





Rastreio, registo e controlo do amianto – Proposta de Diretiva

Esta iniciativa legislativa visa abordar ainda mais os riscos sanitários e ambientais relacionados com a exposição ao amianto, aumentando a transparência e a recuperação de informação adicional e assegurando a sua disponibilidade às autoridades públicas relevantes, aos trabalhadores da construção civil e aos ocupantes dos edifícios. As obrigações específicas serão moduladas com base numa abordagem transversal, tendo em conta o ciclo de vida de um edifício e os riscos relevantes para um determinado edifício. Os comentários no âmbito desta consulta pública poderão ser carregados <u>aqui</u>.



Programa-Quadro Europeu de I&I - Seminário sobre Sinergias do Fundo de Inovação

O objetivo do seminário é reunir participantes de projetos de I&I financiados ao abrigo de programas de financiamento de I&I da UE (nomeadamente através do Horizonte 2020) para explorar oportunidades de financiamento ao abrigo do Fundo de Inovação. Inscrições <u>aqui</u>.

Até 9 de fevereiro



A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do <u>programa Marie Skłodowska-Curie Actions'</u> (MSCA) <u>Staff Exchanges</u>. O período de candidaturas encerra a 9 de fevereiro. Todas as informações poderão ser consultadas <u>aqui</u>.



Pagamentos em atraso - Atualização das regras da UE

As regras da UE em matéria de pagamentos em atraso (Diretiva Atrasos de Pagamento) reduziram estes casos. No entanto, mais de 60 % das empresas da UE ainda não são pagas dentro dos prazos previstos, sendo as pequenas e médias empresas (PME) as mais afetadas.

A iniciativa ajudará as PME, revendo as atuais regras da UE em matéria de pagamentos com base nos dados disponíveis e futuros, a fim de promover uma transição definitiva para uma cultura de cumprimento dos prazos de pagamento. Os comentários respeitantes à nova proposta de diretiva deverão ser carregados <u>aqui</u>.

9 e 10 de fevereiro



Reunião extraordinária do Conselho Europeu

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia reunir-se-ão em Bruxelas para debater os principais assuntos da atualidade. A agenda, assim como os restantes detalhes do evento poderão ser consultados <u>aqui</u>.

Até 14 de fevereiro



Sistema de comércio de licenças de emissão da UE — alteração do Regulamento Registo

O Registo da União garante uma contabilização exata de todas as licenças de emissão emitidas no âmbito do sistema de comércio de licenças de emissão da UE. Esta iniciativa alterará o Regulamento Registo a fim de: fornecer informações pertinentes às entidades com direito a receber dados do registo; acrescentar uma entidade à lista de instituições que podem receber informações de registo; implantar medidas de segurança constantes do plano de segurança de 2019; disponibilizar aos titulares de contas orientações mais completas sobre a correta comunicação de transações bilaterais. Os comentários devem ser introduzidos aqui.

Até 15 de fevereiro



Novos pedidos de financiamento ao abrigo do Programa Europa Digital para aumentar a ciberresiliência

A Comissão Europeia <u>lançou</u> um convite às empresas, administrações públicas e outras organizações para apresentarem propostas de soluções inovadoras de cibersegurança e para se candidatarem ao financiamento da UE ao abrigo do <u>Programa Europa Digital</u>. Um investimento de 176,5 milhões de euros de subvenções irá no sentido de melhorar os instrumentos e infraestruturas para uma cooperação reforçada em matéria de cibersegurança entre os Estados-Membros e a Comissão.

Os convites visam reforçar a cibersegurança das infraestruturas de redes 5G, apoiando serviços seguros e melhorando as capacidades de teste e certificação de soluções e serviços tecnológicos. As respetivas subvenções apoiarão também a implementação das novas regras sobre cibersegurança de redes e sistemas de informação (Diretiva NIS2) na legislação nacional, bem como a capacidade dos Centros de Operações de Segurança em toda a UE para recolher e partilhar informações sobre incidentes cibernéticos. O objetivo é ajudar a aumentar a resiliência e a capacidade da UE em matéria de cibersegurança para proteger, detetar, defender e dissuadir os ciberataques. Os convites estão abertos até 15 de fevereiro de 2023.



Uma abordagem abrangente da saúde mental

A saúde mental é um grande desafio social para a UE. Afeta profundamente a saúde e o bem-estar das pessoas e tem profundas implicações para a economia e a coesão social. Esta iniciativa estabelece de que forma a ação a nível da UE pode ajudar a promover uma boa saúde mental e a prevenir, atenuar e responder a desafios em matéria de saúde mental; e de que forma as considerações de saúde mental devem ser tidas em conta numa grande variedade de políticas resilientes tanto nacionais como da União em benefício das pessoas em toda a UE.

O <u>período para apresentação de comentários</u> relativos a esta proposta de comunicação da Comissão Europeia encerra a 15 de fevereiro.

16 de fevereiro

Webinar "Centralização EMODnet: um Oceano, Uma EMODnet"

A <u>Rede Europeia de Observação e Dados Marinhos (EMODnet)</u> está a organizar um webinário público, com o objetivo de demonstrar a nova base de dados integrada. O evento decorrerá a 16 de fevereiro. As <u>inscrições são gratuitas e estão abertas a todos</u>.

Até 23 de fevereiro

Lançamento de novos convites à apresentação de propostas, com um orçamento de 277 milhões de euros, para apoiar investimentos em infraestruturas de conectividade digital

A Comissão Europeia lançou o <u>segundo conjunto de convites à apresentação de propostas</u> ao abrigo do programa "<u>Connecting Europe Facility Digital</u>". Com um orçamento previsto de 277 milhões de euros, o objetivo é apoiar projetos de redes seguras, rápidas e de alta capacidade, incluindo comunicação quântica e cabos submarinos, reforçar as redes que ligam zonas rurais, remotas e ultramarinas, bem como digitalizar cada vez mais as redes de transporte e energia.

O prazo para a candidatura é 23 de fevereiro de 2023. Os candidatos interessados terão a oportunidade de saber mais sobre as chamadas durante a <u>jornada informativa virtual</u> de 25 de outubro.

Até 8 de março

Ações Marie Skłodowska-Curie: 95 milhões de euros para cofinanciar programas de doutoramento e pósdoutoramento

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do <u>programa Marie Skłodowska-Curie Actions'</u> (MSCA) <u>cofinanciar programas regionais, nacionais e internacionais (COFUND)</u>. O convite COFUND 2022, com um orçamento total de 95 milhões de euros, será encerrado a 9 de fevereiro de 2023. Todos os detalhes estão disponíveis nesta <u>ligação</u>.

14 de março



Poluição da água - Regras da UE em matéria de tratamento de águas residuais urbanas (atualização)

Garantir que as águas residuais urbanas são limpas e seguras é fundamental para proteger a saúde pública e o ambiente. Esta componente essencial da política da UE no domínio da água é abrangida pela Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas.

Esta iniciativa procederá à revisão da diretiva após uma avaliação recente da mesma ter identificado algumas insuficiências e novas necessidades da sociedade, às quais deve ser dada resposta. O <u>período de apresentação de comentários</u> encerra a 14 de março.



Gestão integrada dos recursos hídricos - listas revistas de poluentes da superfície e de águas subterrâneas

De acordo com uma recente avaliação («balanço de qualidade»), a legislação europeia no domínio dos recursos hídricos é, na sua generalidade, adequada à sua finalidade. No entanto, é necessário melhorar determinados aspetos, como o investimento, as normas de execução, a integração dos objetivos no domínio dos recursos hídricos noutras políticas, a poluição química, a simplificação administrativa e a digitalização.

Esta iniciativa tem a ver com as conclusões sobre a poluição química e a obrigação legal de rever regularmente as listas de substâncias prioritárias e de poluentes das águas subterrâneas. Os comentários podem ser partilhados <u>aqui</u>.

Até 15 de março



A Comissão Europeia lançou o seu <u>terceiro inquérito anual</u> para avaliar a eficácia das medidas da UE contra as práticas comerciais desleais nas cadeias de abastecimento agroalimentar. O inquérito destina-se a agricultores, trabalhadores independentes e empresas ativas na produção, distribuição, transformação ou venda por grosso da cadeia de abastecimento agroalimentar.

As respostas fornecerão provas relevantes para o desenvolvimento das políticas da UE na sequência da implementação da <u>Diretiva de Práticas Comerciais Desleais</u> em 2021 e 2022. O inquérito está aberto até 15 de março de 2023 e os resultados serão então partilhados em linha.

16 de março



Pescas - Diretiva relativa à Segurança dos Navios de Pesca (avaliação)

A Comissão Europeia realizará uma avaliação da Diretiva relativa à Segurança dos Navios de Pesca (Diretiva 97/70/CE). Esta diretiva implementa o Protocolo de Torremolinos de 1993 sobre a segurança dos navios de pesca. A avaliação dará uma imagem exata da implementação e aplicação da diretiva. Avaliará a segurança dos navios de pesca à luz dos recentes melhoramentos técnicos em matéria de segurança da marinha mercante, e se o âmbito de aplicação da diretiva deve ser alargado para incluir navios mais pequenos. Os contributos das partes interessadas podem ser carregados <u>aqui</u>.



Redução dos resíduos de embalagens - revisão das regras em vigor

A «economia circular» implica a redução dos resíduos e a reutilização e reciclagem dos bens. Isto significa que também é necessário reduzir os resíduos de embalagens e que estas devem ser mais fáceis de reciclar. A Comissão irá rever os requisitos aplicáveis às embalagens e resíduos de embalagens na UE, analisando, nomeadamente, soluções para: melhorar a conceção das embalagens a fim de promover a sua reutilização e reciclagem; aumentar a parte de material reciclado nas embalagens; combater o excesso de embalagens; reduzir os resíduos de embalagens. O período para apresentação de comentários referentes a esta proposta de regulamento terão de ser carregados, o mais tardar, a 16 de março.

Até 22 de março



Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida — avaliação

A Recomendação do Conselho, de 22 de maio de 2017, relativa ao Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida visa melhorar a transparência, a comparabilidade e a portabilidade das qualificações das pessoas.

Convida a Comissão a examinar e avaliar, em cooperação com os países da UE e após consulta das partes interessadas, as medidas tomadas em resposta a esta recomendação e a apresentar ao Conselho, até 2022, um relatório sobre a experiência adquirida e as implicações para o futuro. Submissão de contributos <u>aqui</u>.

Até 23 de março

Horizonte Europa (*cluster* 6): Candidaturas de projetos respeitantes a uma governação inovadora, observações ambientais e soluções digitais de apoio ao Pacto Ecológico Europeu

Dentro deste domínio serão aprovadas propostas de projetos que visam a digitalização na agricultura e silvicultura: mercados de dados e tecnologias e infraestruturas digitais - situação e prospetiva num ambiente regulamentar, comercial e técnico em rápida mudança, e tecnologias digitais de apoio à deteção precoce fitossanitária, vigilância do território e medidas fitossanitárias. Os projetos devem ser carregados <u>aqui</u>. Mais informações <u>aqui</u>.

23 e 24 de março



«A tua Europa, a tua voz» de 2023

«A tua Europa, a tua voz» celebra a sua 14.ª edição em 2023, regressando ao formato presencial após três anos. A nova edição tem como tema «Diálogos com a juventude sobre a democracia» e terá lugar em 23 e 24 de março de 2023.

A edição de 2023 realiza-se após um ano difícil, dominado pela crise ucraniana, pelas ameaças a regimes pacíficos e por desafios societais e económicos imprevisíveis causadores de mudanças sistémicas, e centrar-se-á na forma de sensibilizar para os valores democráticos, fomentando ao mesmo tempo o pensamento crítico e a capacitação e participação dos jovens.

Durante o evento, os alunos participarão num conjunto de ateliês e atividades interativas com o objetivo de formular recomendações que serão apresentadas às instituições europeias e aos responsáveis e decisores políticos europeus de alto nível. Mais informações aqui.

28 de março



Fórum sobre o Futuro da Agricultura 2023

A <u>Conferência Anual do Fórum sobre o Futuro da Agricultura</u> terá lugar, em Bruxelas, a 28 de março de 2023 e consistirá em apresentações ao vivo, painéis de debate, intervenções interativas e oportunidades de trabalho em rede. Poderá também acompanhar os trabalhos por meios telemáticos. As <u>inscrições</u> já se encontram abertas.



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos relacionados com a biodiversidade e serviços ecossistémicos

O Programa de Trabalho do Horizonte Europa "Cluster 6" 2023 oferece oportunidades de investigação e inovação que visam reduzir a degradação ambiental, travar e inverter o declínio da biodiversidade e melhorar a gestão dos recursos naturais nas zonas urbanas e rurais. Ajudará a garantir a segurança alimentar e nutricional dentro dos limites dos recursos planetários, e um ambiente limpo e saudável através do conhecimento, inovação e digitalização na agricultura, nos sistemas alimentares e na silvicultura.

Os projetos do "Cluster 6" apoiam a transição para uma economia circular de baixo carbono e eficiente em termos de recursos e uma bioeconomia sustentável. O capítulo "Biodiversidade e serviços ecossistémicos" ajudará a desenvolver práticas na agricultura e silvicultura que apoiam a utilização sustentável da biodiversidade e uma vasta gama de serviços ecossistémicos. Os tópicos neste capítulo visam preservar e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas essenciais, assegurando simultaneamente uma produção primária resiliente, através de um melhor conhecimento e inovação. Os projetos devem ser carregados <u>aqui</u>. Mais informações <u>aqui</u>.



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos referentes a um ambiente limpo e poluição zero

Os projetos devem ser submetidos versando soluções inovadoras na agricultura para a disponibilidade e qualidade da água, e otimização da utilização dos efluentes pecuários procurando mitigar as emissões de GEE e minimizar a dispersão de nutrientes/contaminantes no ambiente. Os projetos devem ser carregados <u>aqui</u>. Mais informações <u>aqui</u>.

Até 12 de abril

Horizonte Europa (*cluster* 6): Candidaturas de projetos respeitantes a sistemas alimentares justos, saudáveis e amigos do ambiente, desde a produção primária até ao consumo

Tópicos que se enquadram neste capítulo aceleram a transição para sistemas alimentares sustentáveis e mais resilientes. Dará poder aos agricultores e silvicultores através de inovações baseadas na natureza, tecnologia, digitalização e carácter social. Tal aumentará a resiliência climática e reduzirá a dependência de pesticidas e antimicrobianos. Também fornecerá aos consumidores alimentos seguros, nutritivos e saudáveis. Os projetos devem ser carregados <u>aqui</u>. Mais informações <u>aqui</u>.



Horizonte Europa (*cluster* 6): Candidaturas de projetos respeitantes aos solos, oceanos e água para a ação climática

A investigação e inovação neste domínio ajudarão os agricultores a contribuir significativamente para a neutralidade climática. Os projetos devem ser carregados <u>aqui</u>. Mais informações <u>aqui</u>.

Horizonte Europa (*cluster* 6): Candidaturas de projetos respeitantes às comunidades rurais, costeiras e urbanas resilientes, inclusivas, saudáveis e verdes

As candidaturas devem contribuir para melhores inovações digitais, sociais e comunitárias para zonas rurais, costeiras e urbanas resilientes e prósperas. Serão apoiadas sinergias através de laboratórios vivos, aldeias inteligentes ou grupos operacionais EIP-AGRI. Novos modelos de governação que promovam a troca de conhecimentos, ferramentas inovadoras e soluções digitais capacitarão e ligarão os agricultores, permitindo a resiliência e sustentabilidade. Os projetos devem ser carregados <u>aqui</u>. Mais informações aqui.

Até 24 de abril

Acordos respeitantes à sustentabilidade na agricultura - consulta sobre o projeto de orientações relativas à exclusão de abusos de posição dominante

A Comissão Europeia lançou uma <u>consulta pública</u> convidando todas as partes interessadas a comentar o seu <u>projeto de proposta</u> <u>de Orientações</u> sobre a forma de conceber acordos de sustentabilidade no domínio da agricultura ("Orientações") utilizando a nova exclusão das regras de concorrência da UE introduzida durante a recente reforma da PAC.

O artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia proíbe em geral os acordos entre empresas que restringem a concorrência, tais como os acordos entre concorrentes que conduzem a preços mais altos ou a quantidades mais baixas. Contudo, o artigo 210a do Regulamento 1308/2013 (acordos e práticas concertadas de organizações interprofissionais reconhecidas) que estabelece uma organização comum de mercado de produtos agrícolas ("Regulamento OCM") exclui dessa proibição certos acordos restritivos no setor agrícola, quando esses acordos são indispensáveis para alcançar padrões de sustentabilidade.

16 de maio

Migrantes: convite à apresentação de propostas para financiar ações de integração e percursos complementares

A 17 de janeiro, a Comissão Europeia <u>lançou</u> um novo <u>convite</u> à apresentação de propostas para subvenções no valor de 40 milhões de euros ao abrigo do <u>Fundo de Integração, Migrações e Asilo (AMIF)</u>. O convite está aberto até 16 de maio de 2023. Os beneficiários essenciais dos projetos são os migrantes, incluindo as pessoas com necessidade de proteção.

O papel das autoridades locais e regionais na <u>inclusão e integração de migrantes</u> poderá ser igualmente participado. O financiamento estará também disponível para ações que promovam a integração no mercado de trabalho, por exemplo, através da promoção da cooperação entre parceiros económicos e sociais, empregadores e organismos públicos. O convite aborda igualmente a promoção de percursos complementares ligados ao trabalho, apoiando a integração na educação, bem como uma prioridade sobre a proteção das crianças na migração.

Até 31 de maio



Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro <u>convite</u> à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de mobilidade «<u>A Cultura Move a Europa</u>» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias **dotações complementares**, tais como **o apoio aos requerentes provenientes** de países e territórios ultramarinos e **das Regiões Ultraperiféricas** ou que viajem para esses destinos. Todas as informações <u>aqui</u>.



Agricultura e Alimentação

Comissão Europeia apresenta nova comunicação dedicada aos polinizadores: «Novo Pacto para os Polinizadores»

A Comissão Europeia <u>apresentou</u> um <u>«Novo Pacto para os Polinizadores»</u>. Esta nova comunicação visa combater o declínio dos insetos polinizadores selvagens na Europa e tem por base uma revisão da <u>iniciativa da UE relativa aos polinizadores de 2018</u>. Atualmente, na UE, uma em cada três abelhas, borboletas e espécies de sirfídeos estão em vias de desaparecimento. A comunicação complementa a proposta da Comissão, de junho de 2022, relativa à criação de um <u>Regulamento Restauração da Natureza</u>.

Em 2018, a Comissão Europeia já tinha adotado o primeiro quadro da UE para fazer face ao declínio dos polinizadores selvagens — a <u>Iniciativa da UE relativa aos Polinizadores</u>. A iniciativa revista vem redefinir objetivos para 2030 e prevê a adoção de medidas no âmbito de três prioridades. A principal prioridade, que consiste em melhorar a conservação dos polinizadores e combater as causas do seu declínio, será concretizada graças a: (i) uma melhor conservação das espécies e dos habitats; (ii) uma restauração dos habitats nas paisagens agrícolas — nomeadamente através prestação de mais apoio a uma agricultura respeitadora dos polinizadores no âmbito da política agrícola comum; (iii) uma atenuação do impacto da utilização de pesticidas sobre os polinizadores; (iv) melhoria dos habitats dos polinizadores nas zonas urbanas; (v) combater os impactos das alterações climáticas, das espécies exóticas invasoras e de outras ameaças nos polinizadores, como os biocidas ou a poluição luminosa.

A iniciativa centrar-se-á igualmente no aprofundamento dos conhecimentos sobre o declínio dos polinizadores, as suas causas e consequências. As medidas a implementar incluem o desenvolvimento de um sistema global de acompanhamento, o apoio à investigação e à avaliação, por exemplo através de um levantamento das principais áreas polinizadoras até 2025, e da adoção de específicas destinadas a promover o desenvolvimento de capacidades e a divulgação dos conhecimentos.

Uma prioridade final consiste em mobilizar a sociedade e promover o planeamento estratégico e a cooperação. A Comissão ajudará os Estados-Membros a desenvolver estratégias nacionais de defesa dos polinizadores. A Comissão e os Estados-Membros ajudarão igualmente os cidadãos e as empresas a agir, por exemplo sensibilizando o público para este problema e apoiando a ciência cidadã. A lista completa das medidas a implementar figura no anexo da Comunicação «Um novo pacto para os polinizadores».

Comissão Europeia cria observatório rural digital

A Comissão Europeia lançou um novo observatório rural que fornece aos utilizadores uma grande quantidade de informação sobre uma determinada área rural, bem como sobre áreas classificadas como urbanas ou intermédias nos países da UE. Por exemplo: densidade populacional, distância média até instalações de saúde ou velocidade de banda larga em qualquer zona rural, município ou região da UE.

O Observatório permite comparações entre os diferentes territórios para refletir as múltiplas dimensões e diversidade das zonas rurais. Será utilizado como instrumento auxiliar na elaboração de políticas nas zonas rurais, para avaliar o impacto das iniciativas da UE em várias áreas políticas e para acompanhar os progressos nos indicadores relevantes para o Plano de Ação Rural da UE e para o Pacto Rural. Também fornecerá atualizações regulares, incluindo para o desenvolvimento de políticas futuras. Esta plataforma, gerida pelo Centro Comum de Investigação (CCI) da Comissão Europeia, será regularmente atualizada com novos indicadores e visualização de dados. Novas ferramentas de colaboração serão também acrescentadas ao sítio para melhor servir as necessidades da comunidade do pacto rural e de todos aqueles interessados em tomar medidas para as zonas rurais. A Comissão Europeia estabeleceu em 2021 uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE até 2040. Identifica diferentes áreas de ação para tornar as zonas rurais e as comunidades mais fortes, mais ligadas, resilientes e prósperas.



Biodiversidade: Comissão intenta ação no Tribunal de Justiça contra seis Estados-Membros por não prevenirem a propagação de espécies exóticas invasoras prejudiciais para o meio ambiente europeu

A Comissão Europeia decidiu intentar uma ação contra a Bulgária, a Irlanda, a Grécia, a Itália, a Letónia e Portugal perante o Tribunal de Justiça da União Europeia por não aplicação de várias disposições do Regulamento (CE) n.º 1143/2014 relativo à prevenção e gestão da introdução e propagação de espécies exóticas invasoras («Regulamento Espécies Exóticas Invasoras» ou «Regulamento EEI»). Por espécies exóticas invasoras entende-se as plantas e os animais introduzidos acidental ou deliberadamente numa zona onde não estão normalmente presentes.

As espécies exóticas invasoras constituem uma das cinco principais causas de perda de biodiversidade na Europa e no mundo. Tratase de animais e de plantas que, decorrente da intervenção humana, são introduzidos acidental ou deliberadamente num ambiente natural no qual, regra geral, não estão presentes. Constituem uma grave ameaça para as plantas e os animais autóctones na Europa, causando avultados prejuízos à economia europeia, estimados em 12 mil milhões de euros por ano. Representam também uma componente importante do objetivo da UE de impedir a perda de biodiversidade, conforme consta do Pacto Ecológico Europeu e da Estratégia Europeia de Biodiversidade para 2030.

O Regulamento EEI inclui medidas a tomar em toda a UE em relação às espécies exóticas invasoras que suscitam preocupação na UE. Os seis Estados-Membros em causa não estabeleceram nem aplicaram ou comunicaram à Comissão qualquer plano de ação (ou conjunto de planos de ação) para lidar com as mais importantes vias de introdução e de propagação dessas espécies exóticas invasoras. Além disso, a Bulgária e a Grécia não criaram um sistema de vigilância das espécies exóticas invasoras que são motivo de preocupação na União, nem garantiram a sua integração no sistema em vigor, não obstante o prazo ter caducado em janeiro de 2018. Acresce que a Grécia não dispõe das estruturas requeridas para a realização dos controlos oficiais necessários para impedir a introdução intencional de espécies exóticas invasoras.

Avaliação do impacto ambiental: Comissão decide intentar ação contra Portugal perante o Tribunal de Justiça por não ter corretamente transposto a regulamentação da UE

A Comissão Europeia <u>decidiu</u> intentar uma ação contra Portugal perante o Tribunal de Justiça da União Europeia por não ter corretamente transposto a Diretiva relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente (<u>Diretiva 2011/92/UE</u>). A diretiva, que foi alterada em abril de 2014 (pela <u>Diretiva 2014/52/UE</u>), tem por objetivo reduzir os encargos administrativos e melhorar o nível de proteção do ambiente e, simultaneamente, tornar mais sólidas, previsíveis e sustentáveis as decisões das empresas sobre investimentos públicos e privados.

Portugal não transpôs corretamente para o direito nacional determinadas disposições da diretiva alterada. A título de exemplo, a redação das disposições nacionais isenta de avaliação ambiental mais projetos do que o permitido pela diretiva. Além disso, Portugal não tem plenamente em conta os critérios definidos na diretiva para determinar se os projetos incluídos no anexo II devem ser sujeitos a uma avaliação.

A Comissão enviou uma <u>carta de notificação para cumprir</u> a Portugal, em outubro de 2019, a que se seguiu um <u>parecer fundamentado</u>, em novembro de 2021. As autoridades portuguesas não responderam cabalmente às questões suscitadas. A Comissão considera que os esforços das autoridades portuguesas foram até à data insatisfatórios e insuficientes, tendo, por conseguinte, decidido intentar uma ação contra Portugal perante o Tribunal de Justiça da União Europeia.

Nos termos da <u>Diretiva AIA</u>, os grandes projetos de construção ou desenvolvimento lançados na UE devem, em primeiro lugar, ser avaliados quanto ao seu impacto no ambiente. Essa avaliação é feita antes de dar início ao projeto. O procedimento de avaliação do impacto ambiental garante a proteção do ambiente e a transparência do processo decisório de diferentes tipos de projetos públicos e privados. Com o seu âmbito alargado e objetivo amplo, a Diretiva AIA assegura que as preocupações ambientais são tidas em conta desde o início dos novos projetos de construção ou desenvolvimento, incluindo as suas alterações ou extensões. Além disso, a diretiva permite uma participação ativa do público no procedimento AIA.

Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas adquire triturador de biomassa vegetal, no âmbito do projeto LIFE BEETLES

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Alonso Miguel, <u>visitou</u> a área de intervenção do projeto LIFE BEETLES, na mata de eucaliptos no Algar do Carvão, na ilha Terceira, para proceder à entrega de um triturador de biomassa vegetal. De acordo com Alonso Miguel "o LIFE BEETLES é um projeto de conservação da natureza que representa um investimento de 1,76 milhões de euros, comparticipados em 55% pela União Europeia, a executar num período de cinco anos, que tem por objetivo aumentar o tamanho das populações, área de distribuição e estado de conservação de três espécies de escaravelhos endémicos: Tarphius florensis (escaravelho-cascudo-da-mata) na ilha das Flores, Pseudanchomenus aptinoides (Laurocho) na ilha do Pico e o Trechus terrabravensis (carocho-da-terra-brava) na ilha Terceira".

O Secretário Regional explicou que "os trabalhos a realizar na ilha Terceira incidem numa área de cerca de 107 ha, com o objetivo de controlar espécies de plantas invasoras em zonas pristinas de habitat da espécie-alvo e de proceder à reconversão de matas plantadas de eucaliptos em manchas de floresta Laurissilva." "No caso particular da mata de eucaliptos do Algar do Carvão, estão a ser realizados abates direcionados e controlados dos eucaliptos, por forma a evitar danos no sub-bosque endémico, bastante desenvolvido, nesta área", disse ainda.

Segundo o governante, "de modo a diminuir a quantidade de biomassa gerada, pelo abate destes eucaliptos de grande porte, a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, no âmbito do projeto LIFE BEETLES, adquiriu um triturador de biomassa vegetal de lagartas autónomo, num investimento de cerca de 90 mil euros."

"Este equipamento, para além de ter uma grande capacidade de trituração da biomassa, permite aceder a zonas de difícil acesso, sem colocar em causa a integridade das espécies endémicas, permitindo uma atuação em toda a extensão da mata de eucaliptos. Além disso, o material vegetativo triturado resultante (estilha) é muito útil para fazer cobertura de solo em zonas de plantações de flora endémica, quer pela sua elevada capacidade de retenção de água, quer por formar uma cobertura que previne a rebentação de novos exemplares de plantas invasoras," acrescentou Alonso Miguel.



Coesão e solidariedade interna da UE

Eurodeputados exigem ação imediata sobre as alterações demográficas

Os membros da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu <u>debateram</u> a iniciativa da Comissão com o objetivo de manter uma população ativa e qualificada nas regiões da UE. De acordo com a <u>Comunicação "Rentabilizar os talentos existentes na Europa: um novo impulso para as regiões da UE"</u>, o declínio acentuado da população em idade ativa, a baixa percentagem de pessoas com educação terciária e a chamada "fuga de cérebros" ou perda de população jovem qualificada afetam já 82 regiões em 16 Estados-Membros, representando quase 30% da população da UE.

Os eurodeputados saudaram a iniciativa como um importante ponto de partida para futuras discussões e como um primeiro resultado do Ano Europeu das Competências. Sublinharam a necessidade de abordar a fuga de cérebros em particular e através dos Estados-Membros, sobretudo na periferia da UE, onde a situação parece ser a mais dramática. Salientaram a importância de ações concretas e a rápida implementação de medidas práticas e apelaram a mais investimentos na prestação de serviços públicos, infraestruturas, educação, saúde e serviços sociais nas regiões afetadas. Sugeriram também a exploração de possibilidades de recursos financeiros adicionais para apoiar o programa. Os eurodeputados acreditam que, para que a população qualificada possa permanecer nas regiões afetadas, vários outros problemas têm de ser abordados simultaneamente, tais como habitação acessível, cuidados de saúde e educação, disponibilidade de empregos qualificados e infraestruturas desenvolvidas.



Defesa e Segurança

Conteúdos terroristas em linha: Comissão toma medidas para proteger as pessoas do risco de radicalização e recrutamento por extremistas em linha

A Comissão Europeia <u>decidiu</u> enviar cartas de notificação para cumprir a 22 Estados-Membros—Bélgica, Bulgária, Chéquia, Dinamarca, Estónia, Irlanda, Grécia, Espanha, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Finlândia e Suécia — por não terem cumprido determinadas obrigações do Regulamento relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha, nomeadamente a obrigação de designar a ou as autoridades competentes para emitir decisões de supressão e de lhe notificar essa ou essas autoridades e de designar o ponto de contacto público e estabelecer as regras e medidas em matéria de sanções aplicáveis em caso de não cumprimento das obrigações legais.

A presença permanente de conteúdos terroristas na Internet representa um grave risco para os cidadãos e para a sociedade em geral. Os terroristas utilizam abusivamente a Internet para difundir mensagens que têm como objetivo intimidar, radicalizar, recrutar e facilitar a concretização de atentados terroristas. Os mais recentes atentados terroristas perpetrados em território da UE, como o que ocorreu em Bratislava, em 12 de outubro de 2022, vieram recordar vivamente o papel que os conteúdos terroristas em linha desempenham no seu planeamento e concretização. A fim de fazer face a esta ameaça, a Comissão Europeia apresentou uma série de medidas e iniciativas voluntárias e legislativas para ajudar a atenuar a ameaça terrorista.



Economia e Mercado

Rússia: UE prolonga sanções económicas resultantes da agressão militar russa à Ucrânia

O Conselho <u>decidiu</u> prolongar por seis meses, até 31 de julho de 2023, as medidas restritivas que visam setores específicos da economia da Federação Russa. Estas sanções, introduzidas pela primeira vez em 2014 em resposta às ações da Rússia que desestabilizaram a situação na Ucrânia, foram significativamente alargadas desde fevereiro de 2022, à luz da agressão militar não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia.

Consistem atualmente num vasto espectro de medidas setoriais, incluindo restrições ao comércio, finanças, tecnologia e bens de dupla utilização, indústria, transportes e bens de luxo. Abrangem também: uma proibição da importação ou transferência de petróleo bruto marítimo e de certos produtos petrolíferos da Rússia para a UE, uma des-SWIFTing de vários bancos russos, e a suspensão das atividades de radiodifusão e licenças de vários pontos de desinformação apoiados pelo Kremlin.

NextGenerationEU: Finlândia apresenta pedido de alteração do Plano de Recuperação e Resiliência

A Finlândia apresentou um pedido à Comissão para alterar o seu Plano de Recuperação e de Resiliência. A Finlândia solicitou a eliminação de dois investimentos incluídos no seu plano, um relativo à substituição de sistemas de aquecimento de combustíveis fósseis em edifícios por sistemas de baixo teor de carbono, e o outro relativo à tarifação de infraestruturas para veículos particulares. A Finlândia continuará a implementar estas medidas com fundos nacionais. A Finlândia solicitou igualmente que 18 medidas do seu plano fossem alteradas para refletir o montante reduzido de subvenções ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Ao abrigo do Regulamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), um Estado-Membro pode solicitar uma <u>revisão</u> do seu plano em casos limitados e bem definidos. A candidatura da Finlândia baseia-se na necessidade de ter em conta a revisão da sua dotação máxima do PRR de 2,1 mil milhões de euros para 1,8 mil milhões de euros. Esta revisão faz parte da <u>atualização</u> de junho de 2022 da chave de atribuição. Esta atualização, que afeta todos os Estados-Membros, tem em conta a diferença entre o crescimento real e estimado do PIB entre 2020 e 2022. A diminuição da atribuição de subvenções do MFF na Finlândia em resultado da atualização de junho de 2022 é o resultado de um desempenho económico comparativamente melhor em 2020 e 2021 do que o inicialmente previsto.



Dia Internacional da Educação: declaração da Comissão Europeia e do alto representante

Juntos, as instituições da UE e os Estados-Membros contribuem com mais de metade da ajuda mundial à educação, prestando apoio a este setor em mais de 100 países. Entre 2021-2027, a Comissão Europeia afetará pelo menos 10 % do seu orçamento para parcerias internacionais com a África, a América Latina e as Caraíbas e a Ásia e o Pacífico ao apoio a um ensino de qualidade, ao desenvolvimento de competências profissionais e preparação para a vida no século XXI, ao desenvolvimento de sistemas de ensino inclusivos e equitativos que possam apoiar as transições digital e ecológica, ao ensino e formação profissionais orientados para as oportunidades e ao ensino superior e mobilidade.

A UE continua a estar na vanguarda da mobilização internacional para a educação em situações de emergência, sendo 10 % do seu orçamento para a ajuda humanitária dedicado à educação em geral e ao apoio a uma educação segura, inclusiva e de qualidade para milhões de crianças afetadas por crises e conflitos humanitários.

A UE continuará também a colaborar, a título prioritário, com os Balcãs Ocidentais, a Turquia e as regiões da Vizinhança, a fim de reforçar os respetivos sistemas de ensino, combater a falta de adequação entre as competências e as necessidades do mercado de trabalho e reforçar a cooperação conjunta com as instituições de ensino, nomeadamente no que respeita à mobilidade dos estudantes e professores.

O alto representante/vice-presidente Josep Borrell proferiu a seguinte <u>declaração</u>: «O acesso à educação é um direito humano fundamental, uma vez que é essencial para o desenvolvimento pessoal, social e profissional das crianças e dos jovens, já que os ajuda a sobreviver, prosperar e desenvolver as capacidades necessárias para fazer face aos desafios do dia a dia. É também essencial para a construção da paz e da democracia, para a coesão socioeconómica e a igualdade de géneros e para a edificação de sociedades mais ecológicas, justas e sustentáveis. A União Europeia continua a estar firmemente empenhada em acelerar os progressos no sentido da realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 4 (melhoria da qualidade da educação) tanto dentro como fora das su as fronteiras. Trata-se do mais inteligente e mais poderoso investimento no nosso futuro comum.»

Uma educação de qualidade em África: UE lança Iniciativa Regional de Professores no valor de 100 milhões de euros

A comissária europeia para as Parcerias Internacionais, Jutta Urpilainen, deu <u>início</u> à Iniciativa Regional de Professores em África e para África, num investimento de 100 milhões de euros do orçamento da UE para capacitar uma população jovem através de uma educação de qualidade. Esta iniciativa emblemática no âmbito do Pacote de Investimento UE-África <u>Global Gateway</u> visa acelerar a formação de professores para a África Subsariana, respondendo à necessidade de 15 milhões de novos professores qualificados para África até 2030. A iniciativa contribuirá para os objectivos regionais e nacionais ao apoiar e complementar a educação nacional e as reformas dos professores, oferecer oportunidades de colaboração entre países, parcerias e aprendizagem entre pares na região e com a Europa.



Configuração do mercado da eletricidade: Comissão lança uma consulta sobre a reforma destinada a apoiar uma transição energética limpa e economicamente comportável

A Comissão Europeia <u>lançou</u> uma <u>consulta pública</u> sobre a reforma da configuração do mercado da eletricidade da União Europeia destinada a reforçar a proteção dos consumidores contra a volatilidade excessiva dos preços, apoiar o seu acesso a energia segura que seja proveniente de fontes limpas e tornar o mercado mais resiliente.

O atual sistema assegurou, durante muitos anos, um mercado eficiente e bem integrado, permitindo à UE colher os benefícios económicos de um mercado único da energia, garantindo a segurança do aprovisionamento e incentivando o processo de descarbonização. No entanto, o sistema também revelou algumas deficiências. Na atual crise, caracterizada por preços elevados e voláteis da eletricidade, os encargos económicos foram impostos aos consumidores finais. Por conseguinte, é necessária uma reforma que proteja melhor os agregados familiares e as empresas dos preços elevados da energia, aumente a resiliência e acelere a transição prevista no Pacto Ecológico Europeu e no Plano REPowerEU.

O Conselho Europeu instou a Comissão a trabalhar com celeridade na reforma estrutural do mercado da eletricidade com o duplo objetivo de assegurar a soberania energética europeia e de alcançar a neutralidade climática. A reforma prevista da configuração do mercado da eletricidade foi anunciada, no ano passado, pela presidente Ursula von der Leyen no seu <u>discurso anual sobre o estado</u> da União e está incluída no programa de trabalho da Comissão para 2023.

Berta Cabral lembra que desafio da transição energética não pode ser negligenciado por ninguém

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas <u>defendeu</u>, na Graciosa, que "o desafio da transição energética é premente e não pode ser negligenciado por ninguém, sob pena de graves consequências para o desenvolvimento socioeconómico e para as alterações climáticas". Berta Cabral, que falava na sessão de abertura da iniciativa "Os Açores na Rota da Energia", promovida pela Direção Regional da Energia, em parceria com a ADENE (Agência para a Energia), acrescentou que "é necessário reduzir" a dependência dos Açores neste campo face ao exterior, aumentar a eficiência do aproveitamento dos recursos naturais de que a região dispõe e adotar energia mais limpa com redução da utilização de combustíveis fósseis.

A governante adiantou mesmo que é preciso "ajustar práticas e comportamentos de consumo, eliminando o desperdício e tomando decisões de investimento mais informadas e racionais, seja na compra de casa, de viaturas ou de eletrodomésticos, por exemplo". Na opinião de Berta Cabral, "tudo isto visa garantir segurança no abastecimento às populações e às empresas, a redução dos custos da energia e a redução da emissão de gases com efeito de estufa".

Na última semana, adiantou, o Conselho do Governo aprovou a "Estratégia Açoriana para a Energia 2030", estabelecendo novas referências orientadoras para o nosso futuro. "Temos de saber gerir a nossa condição insular, arquipelágica e ultraperiférica, com o desafio da ineficiência das pequenas redes isoladas, mas sabendo aproveitar as potencialidades dos nossos recursos naturais e da inovação tecnológica", disse ainda.

Berta Cabral referiu-se, também, à aplicação do "Pacto Ecológico Europeu" e a operacionalização do pacote "Fit For 55", que "serão muito desafiantes, com impactos diretos, imediatos e transversais, como aqueles que já se fazem sentir no turismo – um setor determinante para a economia" dos Açores. Neste sentido, disse que a realização da iniciativa na ilha Graciosa não foi por acaso, uma vez que esta ilha é um exemplo a seguir ("ilha modelo" e "é a ilha com maior percentagem de utilização de fontes renováveis na produção de eletricidade, onde podemos testemunhar o investimento da EDA e é evidente a viabilidade de projetos privados inovadores, como a Graciólica, que alia a energia solar, a energia eólica e um sistema de armazenamento". "Na Graciosa estamos, de facto, a investir no exemplo para o futuro, alocando convictamente meios para superar esse grande desafio societal, incluindo através de majorações no PROENERGIA, de ações no projeto LIFE IP CLIMAZ e da aposta estrutural na mobilidade elétrica suave", concluiu.



Espaço

Apresentadas as prioridades da política espacial europeia para 2023

Na 15.ª <u>Conferência Espacial Europeia</u>, o alto representante/vice-presidente Josep Borrell e o comissário do Mercado Interno, Thierry Breton, <u>apresentaram</u> as prioridades da política espacial europeia para 2023 e os desafios que se avizinham, centrando-se na competitividade, na resiliência, na soberania e na segurança da União Europeia no espaço. No seu <u>discurso</u>, o alto representante/vice-presidente Josep Borrell salientou o contexto geopolítico e a importância do espaço, que se tornou ainda mais evidente desde a agressão militar da Rússia contra a Ucrânia. As <u>orientações estratégicas</u> identificam o espaço como um domínio estratégico e a necessidade de uma ação conjunta para fazer face às ameaças comuns.

Na quarta-feira, a comissária Mariya Gabriel proferiu um discurso de encerramento na conferência, a par da astronauta italiana Samantha Cristoforetti. A conferência, que decorreu até quarta-feira, centrou-se no tema «Assegurar o futuro da Europa no espaço». Incluiu sessões específicas sobre a política espacial europeia, os seus desafios tecnológicos e industriais, o programa Conectividade Segura da União IRIS, o empreendedorismo, a inovação e a resiliência do setor espacial. Para mais informações, consultar o programa aqui. Todos os discursos estão disponíveis no canal EbS.



Eurodeputados reforçam as regras sobre publicidade política

Os eurodeputados <u>alteraram</u> as regras sobre publicidade política para tornar as eleições europeias mais transparentes e protegê-las de interferências. Numa votação na terça-feira na Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores sobre um projeto legislativo que regula a transparência e a orientação da publicidade política, os eurodeputados adotaram a sua posição com 31 votos a favor e 9 abstenções.

As alterações à proposta da Comissão exigem que apenas os dados pessoais explicitamente fornecidos para publicidade política em linha possam ser utilizados pelos fornecedores de publicidade. Isto implica uma proibição de facto da micro orientação, uma estratégia que utiliza dados de consumo e demográficos para identificar os interesses de indivíduos específicos. Além disso, a Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores introduziu uma série de outras disposições, tais como uma proibição geral da utilização de dados de menores.

Tribunal de Contas Europeu audita garantias do Estado de direito no financiamento da União Europeia

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) <u>está</u> a começar a auditar se a Comissão Europeia é eficaz a proteger os interesses financeiros da União Europeia contra violações do Estado de direito nos Estados-Membros. O TCE vai avaliar os passos que o executivo da UE deu para garantir que os países só recebem financiamento dos cofres da União se respeitarem o Estado de direito.

A auditoria vai centrar-se na política de coesão da UE e nos fundos para a recuperação da pandemia de COVID-19. "As violações do Estado de direito, por exemplo casos de corrupção não investigados devidamente ou problemas com a independência do poder judicial, podem ter implicações financeiras graves na UE. Estas situações podem fazer com que os Estados-Membros apliquem o dinheiro da União de forma indevida", alerta Annemie Turtelboom, Membro do TCE responsável pela auditoria. "Com a nossa auditoria, vamos concluir se a Comissão utiliza eficazmente as ferramentas que tem ao dispor para proteger o orçamento da UE contra violações do Estado de direito, sobretudo em relação aos fundos de coesão e para a recuperação da pandemia", acrescenta.

Comissão decide intentar duas ações contra Portugal no âmbito das decisões sobre o pacote de processos por infração de janeiro

A Comissão Europeia <u>decidiu</u> intentar uma ação contra Portugal perante o Tribunal de Justiça da União Europeia por não ter corretamente transposto a Diretiva relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente (<u>Diretiva 2011/92/UE</u>. Mais informações no <u>comunicado de imprensa</u> A Comissão decidiu intentar uma outra ação contra a Bulgária, a Irlanda, a Grécia, a Itália, a Letónia e Portugal perante o Tribunal de Justiça da União Europeia por não aplicação de várias disposições do <u>Regulamento (CE) n.º 1143/2014</u> relativo à prevenção e gestão da introdução e propagação de espécies exóticas invasoras («Regulamento Espécies Exóticas Invasoras» ou «Regulamento EEI»). Mais informações no <u>comunicado de imprensa</u>.

A Comissão enviou cartas de notificação para cumprir a 22 Estados-Membros, incluindo Portugal, por não terem cumprido determinadas obrigações do Regulamento relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha. Mais informações no comunicado de imprensa. Portugal recebe ainda outras quatro cartas de notificação para cumprir para reduzir as emissões de vários poluentes atmosféricos, para transpor todas as disposições da Diretiva Condições de Acolhimento, a cumprir a Diretiva Condições de Asilo, e no âmbito de práticas comerciais em linha entre plataformas e empresas.

A Comissão enviou a Portugal também cinco pareceres fundamentados para garantir a igualdade de tratamento no que diz respeito às concessões balneares, no âmbito da <u>luta contra a fraude</u>, por transposição incorreta das regras da UE em <u>matéria de interpretação e tradução em processos penais</u>, para transpor integralmente as <u>regras da UE para a modernização da defesa dos consumidores</u>, para transpor integralmente a <u>Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios</u>. Com o objetivo de ajudar os cidadãos e as empresas a colher todos os benefícios da União Europeia, a Comissão Europeia mantém um diálogo permanente com os Estados-Membros. Tal permite assegurar o respeito do direito da UE e instaurar processos por infração contra eles, se tal não for o caso.

As decisões tomadas no âmbito deste ciclo de infração incluem 76 cartas de notificação para cumprir e 42 pareceres fundamentados. A Comissão intenta atualmente uma ação contra 12 processos no Tribunal de Justiça da UE. Decidiu igualmente encerrar 221 casos em que o Estado-Membro em causa, em cooperação com a Comissão, tinha posto termo à infração e assegurado o cumprimento do direito da União. Um resumo das principais decisões e os respetivos comunicados de imprensa estão disponíveis <u>aqui.</u> Os principais aspetos dos processos por infração são <u>aqui</u> descritos.

Provas eletrónicas: Conselho confirma acordo com o Parlamento Europeu sobre novas regras para melhorar o acesso transfronteiras a provas eletrónicas

Os embaixadores dos Estados-Membros da UE <u>confirmaram</u> o acordo alcançado entre a Presidência do Conselho e o Parlamento Europeu sobre o projeto de regulamento e o projeto de diretiva relativos ao acesso transfronteiras a provas eletrónicas. Os textos acordados permitirão às autoridades competentes endereçar ordens judiciais relativas a provas eletrónicas diretamente aos prestadores de serviços de outro Estado-Membro.

O regulamento relativo às ordens europeias de entrega ou de conservação de provas eletrónicas em matéria penal visa introduzir um mecanismo alternativo aos atuais instrumentos de cooperação internacional e de auxílio judiciário mútuo. Aborda em específico

os problemas decorrentes da natureza volátil das provas eletrónicas e do fator "perda de localização", estabelecendo procedimentos que permitam um acesso transfronteiras rápido, eficiente e efetivo.

O regulamento cria ordens europeias de entrega ou de conservação de provas que podem ser emitidas pelas autoridades judiciais a fim de obterem ou conservarem provas eletrónicas, independentemente da localização dos dados. Essas ordens podem abranger qualquer categoria de dados, incluindo dados sobre assinantes, tráfego e conteúdos. Foi estabelecido um limiar para os dados de tráfego (exceto para os dados solicitados com o único objetivo de identificar o utilizador) e para os dados de conteúdo. Estes tipos de dados só podem ser solicitados no caso de crimes puníveis no país de emissão com uma pena privativa de liberdade com duração máxima não inferior a três anos, ou no caso de infrações específicas relacionadas com cibercriminalidade, pornografia infantil, contrafação de meios de pagamento que não em numerário ou terrorismo.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e direitos

Gestão das migrações: nova estratégia operacional para retornos mais eficazes

A Comissão Europeia propôs uma <u>estratégia operacional para retornos mais eficazes</u>. O principal objetivo é <u>aumentar</u> o número global de regressos efetivos, através de uma rápida implementação, em conformidade com a legislação da UE e Carta dos Direitos Fundamentais. A estratégia abrange quatro áreas focais: ações orientadas para necessidades imediatas, incluindo operações conjuntas de regresso em países terceiros definidos; aceleração do processo de regresso; promoção do aconselhamento e reintegração em matéria de regresso; e a digitalização da gestão do regresso.

Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto «Jamais deveremos esquecer o destino de milhões de judeus», declarou a presidente Ursula von der Leyen

27 de janeiro assinala o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto e o 78.º aniversário da libertação do campo de concentração nazi de Auschwitz-Birkenau Tendo em vista o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, a presidente Ursula von der Leyen declarou: «Jamais deveremos esquecer os seis milhões de mulheres, homens e crianças judaicos, bem como todas as outras vítimas assassinadas durante o Holocausto, nomeadamente centenas de milhares de ciganos.

Este ano recordamos a resistência dos judeus e a insurreição na Europa ocupada pelos nazis. Comemoramos o 80.º aniversário de sublevações importantes, como a do Ghetto de Varsóvia, em 19 de abril de 1943, que se tornou um símbolo da resistência judaica e da brutalidade do regime nazi. Mas também outros atos de resistência, como o que ocorreu na Bélgica nesse mesmo dia, quando três membros da resistência - Robert Maistriau, Youra Livchitz e Jean Franklemon - sabotaram um comboio que transportava para Auschwitz judeus condenados à morte. Alguns conseguiram fugir desse comboio,120 sobreviveram. Podemos citar outras insurreições, provavelmente menos referidas, nos campos de concentração e morte de Treblinka e Sobibor ou no Ghetto de Białystok. Porque as vítimas judias não eram passivas; organizaram a resistência contra os nazis».

Dia da Memória: "O antissemitismo permanece e a negação do Holocausto ainda existe"

O presidente de Israel <u>pediu</u> aos eurodeputados para trabalharem para erradicar o antissemitismo na Europa e adotar a definição da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto. Ao abrir a cerimónia de comemoração, a presidente do Parlamento Europeu chamou ao Holocausto "o maior crime da história. Um crime destinado a eliminar um povo. Um crime concebido para infligir medo por gerações. Um crime que moldou o nosso projeto moderno europeu, numa encarnação da promessa intemporal: Nunca mais".

Roberta Metsola assinalou que o Holocausto não aconteceu de repente e que os sinais de alarme deveriam ter soado muito antes. Apesar dos anos que passaram, continua a ser essencial assinalar o Holocausto porque o antissemitismo ainda existe e porque esta é a última geração a testemunhar em primeira mão os relatos dos sobreviventes do Holocausto, acrescentou. O Parlamento Europeu defenderá sempre os valores de respeito, dignidade humana, igualdade e esperança e nunca será silenciado na sua luta em defesa dos valores humanos e contra o ódio e a discriminação, prometeu Roberta Metsola.

O presidente de Israel começou a sua intervenção ao afirmar: "Estou hoje perante vós como presidente do Estado de Israel, o Estadonação democrático do povo judeu, mas o meu coração e os meus pensamentos estão com os meus irmãos e irmãs mortos no Holocausto, cujo único crime foi o seu judaísmo e humanidade".



Instituições

Comissão define ações concretas para uma maior participação dos parceiros sociais a nível nacional e da UE

A Comissão Europeia <u>apresentou</u> uma <u>iniciativa para reforçar e promover o diálogo social</u> com ações concretas a nível nacional e da UE. Reitera o forte empenho no diálogo social enquanto pedra angular da economia social de mercado da UE e da sua competitividade. A iniciativa permite que o diálogo social se adapte à evolução do mundo do trabalho e às novas tendências do

mercado de trabalho, no contexto da transição para uma economia digital e com impacto neutro no clima e da emergência de novas formas de emprego.

As negociações entre as organizações representativas dos empregadores e dos trabalhadores (parceiros sociais) através do diálogo social e da negociação coletiva contribuem para melhorar as condições de vida e de trabalho, tais como a remuneração, o horário de trabalho, as licenças anuais, a licença parental, a formação e as medidas de saúde e segurança. Têm também um papel crucial a desempenhar na adaptação à evolução das circunstâncias económicas e sociais, bem como na obtenção dos ganhos de produtividade necessários para reforçar a competitividade das empresas europeias. Tudo isto contribui para garantir a justiça social e a democracia no trabalho e para reforçar a prosperidade e a resiliência da Europa.

Os parceiros sociais também desempenham um papel crucial em tempos de crise ou de mudança. Por exemplo, durante a pandemia de COVID-19, ajudaram rapidamente a organizar medidas de saúde e segurança no trabalho e regimes de tempo de trabalho reduzido. Os parceiros sociais também ajudam a encontrar soluções equilibradas para adaptar o mercado de trabalho à era digital. A estreita cooperação entre empregadores e trabalhadores é também essencial para assegurar uma organização eficiente das atividades de produção industrial e para dotar a mão de obra das competências ecológicas e digitais.

No entanto, o grau e a qualidade da participação dos parceiros sociais variam consideravelmente de país para país. Ao mesmo tempo, a filiação sindical e a percentagem de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas a nível nacional estão a diminuir (a média da UE de cerca de 66 % em 2000 era de cerca de 56 % em 2019). As formas de emprego mais recentes, como o trabalho em plataformas digitais e certos grupos, como os jovens, são também menos suscetíveis de estar representadas, com alguns setores, como a prestação de cuidados, a assistir a uma ausência quase total de negociação coletiva.

Neste contexto, a Comissão propõe uma <u>recomendação do Conselho</u>, que define a forma como os países da UE podem reforçar ainda mais o diálogo social e a negociação coletiva a nível nacional. A Comissão apresenta igualmente uma <u>comunicação</u> sobre o reforço e a promoção do diálogo social a nível da UE. Os parceiros sociais estiveram estreitamente envolvidos na preparação destas iniciativas.



Investigação e inovação científica, ciência

13,5 milhões de euros de financiamento da UE ajudarão a trazer a inovação baseada na investigação para o mercado e a impulsionar a inovação

90 novos projetos <u>receberam</u> 13,5 milhões de euros em subvenções na terceira e última ronda do concurso de 2022 "<u>Proof of Concept Grants</u>", um quadro de financiamento complementar do Conselho Europeu de Investigação (CEI) aberto a todos aqueles que desejam explorar o potencial comercial ou social dos seus produtos. Isto significa que 366 beneficiários receberam financiamento dedicado à inovação em dois convites no âmbito do programa de trabalho do ano passado do CEI.

No âmbito do Horizonte Europe, as subvenções "Proof of Concept Grants" - cada uma no valor de 150.000 euros - apoiam os bolseiros do CEI a colmatar a lacuna entre as descobertas resultantes da sua investigação exploratória e a aplicação prática dos resultados, incluindo as fases iniciais de comercialização. Os beneficiários destas bolsas utilizam esse financiamento para testar a viabilidade prática dos conceitos científicos, explorar oportunidades comerciais ou preparar pedidos de patentes.



Mar e pescas

Disponibilizado portal único para dados marinhos

A <u>Rede Europeia de Observação e Dados Marinhos (EMODnet</u>), apoiada pela Comissão Europeia, <u>lançou</u> o seu serviço de dados marinhos totalmente unificado, integrando todos os dados num único portal. Este novo portal será revolucionário para os utilizadores de dados marinhos. Permitirá aos investigadores, gestores marinhos, decisores políticos, entre outos, a ter acesso a centenas de dados a partir de um único local, através de sete áreas temáticas, com um catálogo unificado pesquisável.

O acesso rápido a dados e informações fiáveis e precisos é vital para enfrentar as ameaças ao ambiente marinho, no desenvolvimento de políticas e legislação para proteger áreas vulneráveis das nossas costas e oceanos, na compreensão das tendências e na previsão de mudanças futuras.

Durante mais de uma década, mais de 120 organizações envolvidas na *EMODnet* têm trabalhado em conjunto para agregar observações e dados marinhos de várias fontes, processá-los de acordo com normas internacionais e disponibilizá-los livremente.

Programa Blue Azores em Santa Maria para debater a revisão da rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores

O Programa *Blue Azores*, liderado pelo Governo Regional dos Açores e centrado na conservação e no uso sustentável dos recursos marinhos, vai estar na ilha de Santa Maria para <u>iniciar</u> o processo participativo direcionado às áreas costeiras do arquipélago (da linha de costa até às seis milhas náuticas), etapa crucial que contará, uma vez mais, com o contributo das várias partes interessadas, dando mais um passo para o objetivo da Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030, de proteger 30% do Mar dos Açores.

A primeira reunião, que será aberta a todos os residentes da ilha, decorre dia 30 de janeiro às 17h00, na Biblioteca Municipal de Santa Maria, e incluirá uma apresentação sobre *Blue Azores* e esclarecimentos gerais sobre a forma como decorrerá este processo participativo. Logo no dia seguinte, 31 de janeiro, será realizada uma segunda reunião, com vários parceiros, com vista a uma ampla representação de toda a população local.

Neste primeiro encontro, serão apresentadas também as principais conclusões dos Questionários para o Mapeamento dos Usos do Oceano local, realizados ao longo de 2022, e através dos quais foram indicadas e classificadas, por grau de importância, as zonas costeiras do oceano mais utilizadas e valorizadas, tais como áreas de pesca, atividades lúdicas, desporto e turismo.

Este Processo Participativo será realizado, ao longo de 2023, em todas as ilhas do arquipélago, estando previstas várias reuniões por ilha, para a definição, em regime de cocriação, das áreas costeiras que integrarão a nova rede de áreas marinhas protegidas dos Açores. Pretende-se que os utilizadores do mar costeiro estejam envolvidos neste processo desde o seu início, de forma representativa, através das associações e instituições que existam em cada ilha.



Saúde

Plano Europeu de Luta contra o Cancro - lançamento da Iniciativa Europeia de Imagiologia Oncológica

A Comissão Europeia <u>lançou</u>, num <u>evento</u> em Bruxelas, a <u>Iniciativa Europeia de Imagiologia Oncológica</u>, que visa ajudar os prestadores de cuidados de saúde, os institutos de investigação e os inovadores a tirar o máximo partido possível de soluções inovadoras baseadas em dados vocacionadas para o tratamento e a prestação de cuidados oncológicos.

Esta iniciativa emblemática, que será levada a cabo no âmbito do <u>Plano Europeu de Luta contra o Cancro</u>, procurará criar uma infraestrutura digital que ligue os recursos e as bases de dados de imagiologia oncológica em toda a UE, assegurando simultaneamente a observância de elevados padrões éticos, a confiança, a segurança e a proteção dos dados pessoais. Mais informações no comunicado de imprensa.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

UE promete 102,5 milhões de euros em financiamento humanitário para a região africana do Lago Chade

A Comissão Europeia <u>atribuiu</u> 102,5 milhões de euros em ajuda humanitária para ajudar as comunidades vulneráveis na Nigéria, Níger, Chade e Camarões, uma vez que a situação humanitária continua a deteriorar-se na região do Lago Chade. A violência na região, onde a população civil é cada vez mais vítima de ataques direcionados, está a resultar em deslocações em grande escala, na perturbação dos meios de subsistência e na falta de acesso a serviços básicos.

A promessa foi feita por ocasião da Conferência de Alto Nível sobre a Região do Lago Chade, realizada em Niamey a 23 e 24 de janeiro. O montante total para 2023 será distribuído da seguinte forma: Nigéria (34 milhões), Níger (25 milhões), Chade (26,5 milhões) e Camarões (17 milhões de euros). O financiamento faz parte do total de 181,5 milhões de euros atribuídos este ano para a bacia do Lago Chade, a República Centro-Africana e o Sahel, tal como <u>anunciado</u> na semana passada.

Irão: UE adota novas medidas restritivas contra violações dos direitos humanos

O Conselho <u>decidiu</u> acrescentar 18 pessoas e 19 entidades à lista de pessoas e entidades sujeitas a medidas restritivas no âmbito do atual regime de sanções contra o Irão em matéria de direitos humanos. Esta medida deve-se ao seu papel no uso generalizado e desproporcionado da força contramanifestantes não violentos na sequência da morte de Mahsa Amini. Entre as pessoas incluídas na lista contam-se representantes do Governo e do Parlamento iraniano (Majles), importantes figuras políticas e dos meios de comunicação social, bem como altos responsáveis das forças de segurança iranianas, inclusive do Corpo de Guardas da Revolução Islâmica (IRGC) do Irão.

As designações visam igualmente organismos governamentais e empresas privadas que prestam serviços de segurança e exercem atividades que proíbem, limitam ou penalizam o exercício da liberdade de expressão. As medidas restritivas aplicam-se agora a 164 pessoas e 31 entidades, e consistem no congelamento de bens, na proibição de viajar para a UE e na proibição de colocar fundos ou recursos económicos à disposição das pessoas e entidades incluídas na lista. Está igualmente em vigor a proibição da exportação para o Irão de equipamento suscetível de ser utilizado para fins de repressão interna e de equipamento de controlo das telecomunicações.

A União Europeia e os seus Estados-Membros instam as autoridades iranianas a porem termo à repressão violenta de manifestações pacíficas, a cessarem o recurso a detenções arbitrárias como meio de silenciar vozes críticas e a libertarem todas as pessoas detidas ilegalmente. A UE continua a apelar ao Irão para que cesse imediatamente a imposição e a execução da pena de morte contra os manifestantes, reverta as condenações à morte já pronunciadas e garanta um processo equitativo a todos os detidos. Estas inclusões na lista ocorrem na sequência das decisões do Conselho de 17 de outubro, 14 de novembro e 12 de dezembro.

Arménia: UE cria missão civil destinada a contribuir para a estabilidade nas zonas fronteiriças

O Conselho chegou a acordo quanto à criação de uma Missão Civil da União Europeia na Arménia (EUMA) no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). O objetivo da missão é contribuir para a estabilidade nas zonas fronteiriças da Arménia, reforçar a confiança no terreno e assegurar um ambiente propício aos esforços de normalização entre a Arménia e o Azerbaijão, com o apoio da UE.

A pedido da Arménia, a EUMA realizará patrulhas de rotina e informará sobre a situação, reforçando assim o conhecimento da UE sobre a situação no terreno. A missão contribuirá igualmente para os esforços de mediação no âmbito do processo conduzido pelo presidente do Conselho Europeu, Charles Michel.

A EUMA terá um mandato inicial de dois anos e o seu Quartel-General de Operações situar-se-á na Arménia. O comandante da Operação Civil será Stefano Tomat, diretor executivo da Capacidade Civil de Planeamento e Condução (CCPC) do SEAE. Num futuro próximo, será nomeado um chefe de missão responsável por conduzir as operações no terreno.



Tecnologia, informática e comunicações

Semicondutores: eurodeputados adotam legislação para impulsionar a indústria da UE

Na terça-feira, os eurodeputados apoiaram planos para assegurar o fornecimento de semicondutores da UE, impulsionando a produção e a inovação, e instituindo medidas de emergência contra a escassez. A Comissão da Indústria e da Energia do Parlamento Europeu aprovou dois projetos legislativos: Regulamento europeu dos semicondutores que visa reforçar a capacidade tecnológica e a inovação no ecossistema dos semicondutores da UE, e um segundo sobre a Empresa Comum de Semicondutores para aumentar os investimentos para o desenvolvimento deste tipo de ecossistema europeu.

Nas suas alterações ao Regulamento dos Semicondutores, os eurodeputados concentraram-se mais nos semicondutores quânticos e nos semicondutores de próxima geração. Uma rede de centros de competência deverá ser criada para fazer face à escassez de competências e atrair novos talentos na investigação, conceção e produção. A legislação também apoiará projetos destinados a aumentar a segurança do aprovisionamento da UE, atraindo investimento e aumentando a capacidade de produção.

Defesa do consumidor: a Google compromete-se a fornecer aos consumidores informações mais claras e precisas a fim de cumprir as regras da UE

Alguma vez teve dificuldade em compreender se estava a comprar diretamente à Google ou a uma marca diferente, ou teve dificuldade em encontrar informações sobre os custos finais? A fim de continuar a alinhar as suas práticas com o Direito da UE principalmente no que diz respeito à falta de transparência e de informações claras aos consumidores — a Google comprometeu-se a introduzir alterações em vários dos seus produtos e serviços. Na sequência de um diálogo iniciado em 2021 com a Rede de Cooperação de Defesa do Consumidor, coordenado pela Comissão Europeia e liderada pela Autoridade dos Consumidores e dos Mercados neerlandesa e os Mercados e pela Direção-Geral da Inspeção Económica belga, a Google concordou em dar resposta aos problemas assinalados pelas autoridades e em introduzir alterações no "Google Store", "Google Play Store", "Google Hotels" e "Google Flights", a fim de assegurar o cumprimento das regras da UE no domínio da defesa do consumidor.

A Rede de Cooperação de Defesa do Consumidor é uma rede de autoridades responsáveis pela aplicação da legislação da UE no domínio da defesa do consumidor. Para resolver questões transfronteiras, as ações destas autoridades são coordenadas a nível da UE. As autoridades nacionais são responsáveis pela aplicação da legislação da UE no domínio da defesa do consumidor. Graças à atualização do Regulamento relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor, dispõem agora de poderes reforçados para detetar irregularidades e tomar medidas rápidas contra os comerciantes desonestos. Além disso, a nova diretiva, que visa assegurar uma melhor aplicação e a modernização das regras da União em matéria de defesa dos consumidores, alterou os instrumentos em vigor no direito da UE em matéria de defesa do consumidor, reforçando ainda mais a transparência para os consumidores quando compram em mercados em linha.

Doação de equipamento informático desativado

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) disponibilizará computadores de secretária, computadores portáteis, ecrãs, impressoras e outro equipamento informático que já não é utilizado pelo Tribunal, a organizações sem fins lucrativos, centros comunitários locais ou escolas oficialmente sediadas em países da UE. O TCE convida os interessados a apresentarem o seu pedido para o equipamento acima referido, em conformidade com as regras que regem a doação estabelecidas no presente convite.

As doações de equipamento informático desativado são feitas à discrição da ECA e decididas caso a caso. Todos os computadores portáteis e computadores de secretária serão limpos de todos os dados e software antes de serem doados, devido a questões de confidencialidade e licenciamento.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para 2023.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No <u>EU Careers</u> encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das <u>instituições europeias</u>! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no <u>#EUandMe</u>! Oportunidades: <u>Agência da União Europeia para a Cibersegurança</u>.



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O <u>Portal Europeu da Mobilidade Profissional</u> publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No <u>Trusted Jobs</u> encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!





Estágios

Nesta página dedicada poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O <u>EuroBrussels</u> é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe aqui.



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura aqui.



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique aqui as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.





Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a ferramenta de procura de vagas da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura aqui.





O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na base de dados dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O Corpo Europeu de Solidariedade é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em projetos, no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições aqui.



Acorianos no Mundo

"Açorianos no Mundo" é uma plataforma online, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se aqui.



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: Casa Portuguesa, Lusoloja e Mercado Português.



Viver em Bruxelas

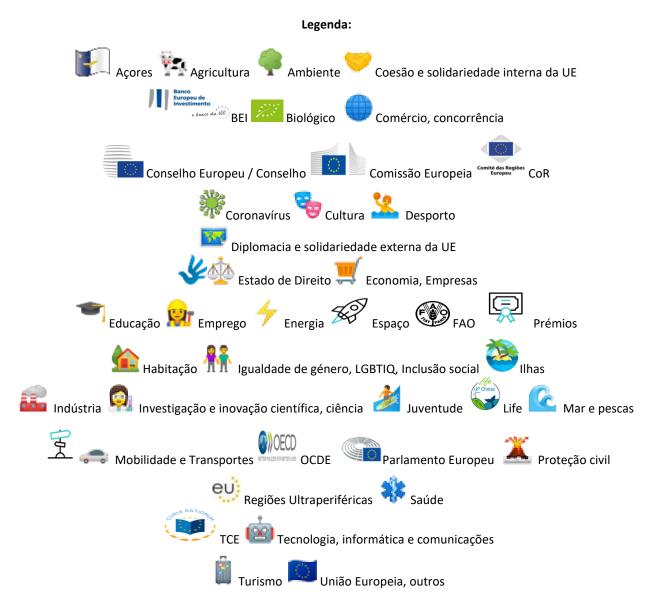
Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: Bxl à Louer - de bouche à oreille (II), BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer, Colocation Bruxelles, Immoweb, e Logic-immo. E muito mais: Xpatris.

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. Contacte-nos!



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao <u>SIARAM</u> ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT - Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial | AESA - Agência da UE para a Segurança Aérea | BCE - Banco Central Europeu | BEI - Banco Europeu de Investimento | CE - Comissão Europeia | CEO - Chief Executive Officer | CESE - Comité Económico e Social Europeu | COR- Comité das Regiões | CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa | CRPM - Conferência das Regiões | Periféricas Marítimas | EBA - Autoridade Bancária Europeia | EBCD - European Bureau for Conservation and Development | EEE - Espaço Económico Europeu | EIT - Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia | EMA - Agência Médica Europeia | EMB - European Marine Board | EMSA - Agência Europeia de Segurança Marítima | ERC - Conselho Europeu de Investigação | ESA - Agência Espacial Europeia | EUA - Estados Unidos da América do Norte | FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural | FEAGA - Fundo Europeu Agrícola de Garantia | FEI - Fundo Europeu de Investimento | FEIE - Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos | GEE - Gases com Efeito de Estufa | GPS - Sistema de Posicionamento Global dos EUA | IA - Inteligência Artificial | ICCAT - Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico | IMO - Organização Marítima Internacional | JRC - Centro de Pesquisa

Conjunto da CE | OCM — Organização Comum dos Mercados Agrícolas | ODS — Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU | OMC — Organização Mundial do Comércio | OMS — Organização Mundial de Saúde | ONU — Organização das Nações Unidas | PAC — Política Agrícola Comum da UE | PE — Parlamento Europeu | PES — Partido Socialista Europeu | PME — Pequenas e médias empresas | PPE — Partido Popular Europeu e PPE no PE | Q&A — Perguntas e Respostas | QFP — Quadro Financeiro Plurianual da EU | RIS — Regional Innovation Scoreboard | RUP — Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D — Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas (inclui o PES no PE) | UE — União Europeia | TCE — Tribunal de Contas Europeu | TFUE — Tratado sobre o Funcionamento da UE | TJUE — Tribunal de Justiça da UE |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se sugestões!



Quero receber este boletim (envie-nos o seu email) – Quero deixar de receber este boletim

Conheça a nossa Política de Privacidade – PT e EN

Consulte os <u>números anteriores</u>

Saiba mais sobre o Gabinete dos Açores em Bruxelas

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | @AzoresEUoffice | Google Maps

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!